

Imagens e Fotografias: fontes históricas para análise da imposição do trabalho e a negação da educação¹

IMAGES AND PHOTOGRAPHS: historical sources for analyzing the imposition of work and the denial of education

Recebido: 17/03/2024 | Revisado:
08/04/2024 | Aceito: 14/05/2024 |
Publicado: 12/06/2024

Maria Ciavatta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-6063>
Universidade Federal Fluminense
E-mail: maria.ciavatta@gmail.com

Como citar: CIAVATTA, M. Imagens e Fotografias: fontes históricas para análise da imposição do trabalho e a negação da educação. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-22, e17043, Jun. 2024. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

“Auê, meu café, auê, meu café,
Mesmo usados, pilados, moídos,
Vendidos, trocados, estamos de pé!
Olha nós aí, meu irmão café!”
(Jongo “Irmão café”,
de Ney Lopes e Wilson Moreira).

Resumo

Com imagens e fotografias, a partir do conceito de contradição, analisamos a imposição do trabalho e a negação da educação na vida dos trabalhadores, na Colônia e no Império, pela escravização; na República pela ausência de regulamentação das relações de trabalho e políticas restritivas na educação pública. Primeiro, tratamos da questão conceitual da contradição; em segundo lugar, a história do presente enraizado no passado, a herança da escravidão; terceiro, apresentamos a imposição do trabalho e a negação da educação, pelos documentos históricos e pela evidência visual das imagens; quarto, os sinais de resistência e de superação do acesso à educação e à inserção social em fotografias de nosso tempo.

Palavras-chave: Imagem; Fotografia; Contradição; Trabalho; Educação.

Resúmen

Con imágenes y fotografías, a partir del concepto de contradicción, analizamos la imposición del trabajo y la negación de la educación en la vida de los trabajadores, en la Colonia y en el Imperio, a través de la esclavitud; en la República por la falta de regulación de las relaciones laborales y políticas restrictivas en la educación pública. Primero, abordamos la cuestión conceptual de la contradicción; en segundo lugar, la historia del presente arraigada en el pasado, el legado de la esclavitud; tercero, presentamos la imposición del trabajo y la negación de la educación, a través de documentos históricos y por la evidencia visual de imágenes; cuarto, las señales de resistencia y superación del acceso a la educación y la inclusión social en fotografías de nuestro tiempo.

¹ Este texto tem por base o Projeto de Pesquisa “A fotografia em livros e artigos em periódicos especializados – Da História da Educação à História de Trabalho-educação”, Bolsa de Produtividade Senior do CNPq, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, Niterói, RJ.

Palabras clave: Imagen; Fotografía; Contradición; Trabajo; Educación.

Abstract

With images and photographs, based on the concept of contradiction, we analyze the imposition of work and the denial of education in the lives of workers, in the Colony and the Empire, through slavery; in the Republic due to the lack of regulation of labor relations and restrictive policies in public education. First, we address the conceptual issue of contradiction; secondly, the history of the present rooted in the past, the legacy of slavery; third, we present the imposition of work and the denial of education, through historical documents and the visual evidence of images; fourth, the signs of resistance and overcoming access to education and social inclusion in photographs of our time.

Keywords: Image; Photography; Contradiction; Work; Education.

1 INTRODUÇÃO

Imagens, desenhos, pinturas, fotografias testemunham visualmente o passado e ajudam a compreender o presente. Ambos, com suas particularidades históricas, podem se tornar evidentes pelas imagens e fotografias tratadas como documentos ou fontes históricas.

Partimos do conceito da contradição para a análise entre a imposição do trabalho e a negação da educação, memória e história, imagens e fotografia e o mundo do trabalho; primeiro, tratamos da questão conceitual da contradição; segundo, da história do passado no presente, a estrutura de classes da sociedade brasileira e o racismo estrutural herdado da escravidão; terceiro, permanecem o passado no presente, sinalizando o futuro pela evidência visual dos vestígios históricos dessa contradição; por último, imagens da resistência e de superação no acesso à educação e à inserção social.

Nosso objeto de estudo é um fenômeno comum na sociedade brasileira, a imposição do trabalho e a negação da educação, dois aspectos recorrentes na vida dos trabalhadores, na Colônia e no Império, pela escravização dos negros africanos trazidos para a lavoura e a mineração no Brasil; na República pela ausência de regulamentação das relações de trabalho e políticas restritivas na educação pública para os libertos e para brancos pobres.

É recorrente, também na história dos povos, a interdição da memória por diversos mecanismos do poder: a ocultação dos fatos, seu apagamento, a destruição de documentos, as ameaças e repressão a todo discurso ou ação que tente revelar o que está proibido pelo sistema dominante. A fotografia participa dessa memória, porque é uma representação do mundo real, ou a segunda realidade como analisa Boris Kossoy (2007, p. 133), entre outros. Contraditoriamente, por suas características do click em uma fração do real, em segundos, e por sua permanência como representação, participa dos dois mundos,

do apagamento do contexto de cada memória e da conservação de seus vestígios, de acordo com o poder dos sujeitos sociais interessados em apagar ou em preservar a memória de seus feitos, suas lutas, seus sonhos e amores.

As imagens e, em particular, as fotografias, porque têm a aura de representar a verdade dos fenômenos, sujeitos e relações sociais, educam o olhar e o pensamento, constroem uma certa memória e uma história visual do que fomos e permite projetar o futuro do que queremos ser. A fotografia é um campo fascinante e movediço, tanto o da história dos homens quanto o das linguagens, dos discursos e das interpretações que eles constroem, a que nos referimos quando falamos da fotografia como fonte histórica (Ciavatta, 2002).

Dos séculos anteriores, herdamos os textos escritos que tratavam dos grandes personagens, dos poderosos e de seus feitos políticos e militares. Os documentos não falam por si, nem são neutros; sua interpretação depende dos objetivos das pesquisas, das perguntas, para que se tornem fontes históricas.

Uma visão crítica dos documentos situa-os na particularidade histórica de sua produção no passado, assim como implica analisar seu uso pelos sujeitos sociais e pelo historiador que escreve a história. A *École des Annales* promoveu uma ampliação das fontes históricas ao incluir as fontes orais, as fontes iconográficas, mapas e outros objetos.

Esta ampliação das fontes e do fazer do historiador nos remetem à concepção de Marx (1979) que, no século XIX, sem se autodenominar historiador, escreve que a história é a produção social da existência: o ser humano precisa comer, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se para poder estar vivo e fazer a história. Em “O Capital” (Marx, 1980) e em outros livros, ele se vale de depoimentos, notícias de jornais, documentos oficiais, como leis, regulamentações e documentos extraoficiais para construir sua análise do homem comum, trabalhador, sujeito à exploração do trabalho para a produção e reprodução do capital.

O uso da fotografia na pesquisa sobre trabalho-educação, marcado pelos estudos baseados na história como produção da existência e na crítica à economia política contribui para o alargamento da visão sobre o que denominamos o mundo do trabalho. São o trabalho livre, regulamentado nos termos da lei, e os trabalhadores, a formação profissional, as relações de trabalho, as condições de vida, as lutas de emancipação e a identidade de classe dos trabalhadores. O mundo do trabalho difere do mercado de trabalho que é o lugar de compra e venda da força de trabalho para a produção, circulação e consumo de mercadorias.

É importante entender o sentido da memória do trabalho e dos trabalhadores no contexto do mundo ou dos mundos do trabalho, *the worlds of labours* nos termos de Hobsbawn (1987). Para tanto, é preciso, distinguir o trabalho tanto na sua forma ontológica, fundamental, estruturante de um novo tipo de ser, o homem, ser social; quanto nas suas formas históricas, penosas, alienantes, desintegradoras dos melhores valores da pessoa humana (Lukács, 1978).

O conceito de mundo do trabalho inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida, que não pode ser reduzido a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, o emprego que devem ser situados na complexidade da particularidade

histórica das relações sociais (Ciavatta, 2002; 2009). No sentido historicizado de mundo do trabalho, Hobsbawn (1987) amplia a categoria classe trabalhadora, de um conteúdo meramente econômico (proprietários e não proprietários dos meios de produção), para suas dimensões sociais e culturais, grupos de pertencimento (políticos, religiosos *etc.* (Hobsbawn, 1987, p.79-98).

2 O “CAPITAL: CONTRADIÇÃO VIVA”²

Uma primeira aproximação do tema encontramos no conceito de contradição. Sua força conceitual explicativa não está tanto na etimologia do termo “contra, oposição” ao “*dictus*, ao dito” no sentido de “contestação, negação”, mas no conceito de contradição na concepção dialética do materialismo histórico. Marx (1980 e outros), como em outras questões teóricas, não se detém longamente sobre o conceito de contradição, mas o utiliza e dá-nos o sentido de seu uso em “O Capital” e em outras obras (Marx, 1978, 1979).

Sua análise detém-se nas contradições do sistema capitalista de produção e reprodução da riqueza com base na exploração do trabalho humano, na apropriação privada de um excedente de trabalho sob o sistema capital, no exame do trabalho como valor de uso e como mercadoria no valor de troca. Marx (1980) afirma que

Já vimos que a troca de mercadorias encerra elementos contraditórios e mutuamente exclusivos. A diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem se mover (Marx, 1980, p. 116-117).

É neste processo que ocorre a metamorfose ou o fetiche da mercadoria. Em outra passagem, avança na ideia de que a solução, o nascimento do novo é imanente ao interior da contradição: “[...] o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma” (Marx, 1980, p. 559).

A compreensão da categoria contradição no mundo da realidade onde nos movemos supõe outras categorias gerais ou universais presentes na obra de Marx: dialética, totalidade, mediação, espaço-tempo, sujeitos sociais. Para fins de análise, distinguimos conceitos e categorias, embora, na prática teórica da pesquisa de alguns autores os dois termos têm o mesmo significado. As categorias podem ter a densidade teórica de conceitos (Ciavatta, 2019) que permitem apreender a verdade aproximada dos acontecimentos (Fontes, 2001). Outras são categorias específicas relativas às questões que emergem da história como produção social da existência (ideologia, consciência, capital, produção *etc.*).

Entre os autores que se detiveram na análise da contradição, está a obra de Mao Tse-Tung (2000), que trata da universalidade e da particularidade da contradição. “A lei da contradição inerente aos fenômenos, ou a lei da unidade dos

² *Apud* Mészáros (2007, p. 86).

contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” (Mao, 2001, p. 37). É uma categoria universal porque é própria do movimento de todos os seres, mas se particulariza na concretude histórica, na especificidade do espaço-tempo de todo e qualquer ser.

Roberto Jamil Cury (1985, p. 30-31) chama a atenção para o caráter relacional da contradição como parte da totalidade social. Destaca as determinações mútuas, a interligação e sua dinâmica “entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória [...] nesta relação, o movimento e o devir são a dinâmica da contradição”.

Mészáros (2007) fala sobre o “Capital: contradição viva” no seu desenvolvimento atual, e historiciza a afirmação em dezesseis contradições principais com um toque de realismo (ou de desesperança). Entre essas, a “contradição entre a regulação econômica e política de extração de sobretrabalho”. Mais adiante, expõe em detalhe que

Para o trabalho, como antagonista do capital, a `livre escolha econômica´ no emprego só pode significar a submissão às ordens emanadas dos imperativos expansionistas do sistema [...]. Quanto à livre escolha política a ser exercida no quadro de uma `democracia multipartidária´, ela se resume, na verdade, à aceitação amargamente resignada das consequências de um consenso político que se estreita cada vez mais [...]. (Mészáros, 2007, p.87-88)

O conceito de dialética e de contradição é objeto de um livro de José Barata-Moura (2012). Da densidade teórica de suas análises, destacamos a historicidade das contradições (seção 33). A contradição não é apenas um conceito, é uma condição histórica do mundo real onde nos movemos. As contradições existem no “quadro do devir da realidade” (Barata-Moura, 2012, p. 347). Não se superam as contradições identificando-as pelo pensamento. Entendê-las teoricamente é o primeiro passo para identificá-las na realidade objetiva, exterior à sua concepção teórica. A historicidade do real é “uma lei fundamental do desenvolvimento da realidade objetiva” (Barata-Moura, 2012, p. 348). O autor conclui seu pensamento, enfatizando que “[...] estamos em presença de contradições dialéticas e não apenas de contradições lógicas”. (Barata-Moura, 2012, 354).

3 O PASSADO NA HISTÓRIA DO PRESENTE

As contradições são inerentes aos fatos do passado assim como do presente e suas perspectivas de futuro. Hugo Zemelman (1987, p. 89) fala sobre o presente como o tempo das possibilidades, da história “não concluída”, a história em movimento, como são todos os acontecimentos que situamos, para fins de análise, em determinado espaço-tempo. A história do presente seria “uma história `não concluída`, aberta, susceptível de ser potenciada pelas práticas sociais.

Esta concepção do tempo presente não é unânime entre os historiadores. Tradicionalmente, eles ocupar-se-iam dos fatos do passado, expressos nos

documentos escritos (leis, normas, relatos sobre grandes feitos heroicos ou apenas de governantes, de reis e de príncipes). Mas com o amadurecimento dos estudos historiográficos em pensar seu próprio fazer, vem ganhando espaços sincrônicos e diacrônicos (Burke, 1980). A própria percepção dos fatos do presente não comporta limites rígidos. As datas são apenas marcos simbólicos de acontecimentos que têm um antes e um depois, que antecedem e sobrevivem à data simbólica, como a assinatura da Lei Áurea da Abolição da Escravidão (1888) ou a Proclamação da República (1889).

Octavio Ianni (1986, p. 9), analisando a nação criada pela burguesia no Brasil, diz “A burguesia forma a nação segundo a sua imagem”. Não há lugar para o povo que estará sempre distante das esferas do poder, não há lugar para o cidadão. A burguesia (Ianni, 1986, p. 12) “Impõe-se como a classe dominante. Domina, suprime ou incorpora as forças sociais remanescentes do escravismo, do colonialismo e latifundismo”. Tem um discurso a favor das liberdades democráticas, mas não aceita os movimentos populares que “ameaçam a paz social, a harmonia entre o capital e o trabalho, põem em risco a ordem e o progresso, a segurança e o desenvolvimento, provocam a dissolução social, colocam a turba no cenário da nação” (Ianni, 1986, p. 12).

Florestan Fernandes (2007) expõe em detalhes as consequências da proibição do tráfico negreiro pelos ingleses. Tornou-se um problema para a expansão da produção, reprodução e consumo sob o sistema capital. Atingiu o sistema escravista e “fortaleceu duas preocupações, a de preparação do negro para o trabalho livre e a importação de imigrantes como mão de obra barata” (Fernandes, 2007, p. 38). Mas, com a Lei da Abolição, “o substituto e o sucessor do escravo não foi o negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro, ou o pobre livre, mestiço ou branco sempre marginalizado sob o regime de produção escravista” (Fernandes, 2007, p. 38).

Com a Proclamação da República, só formalmente esses homens e mulheres se tornaram cidadãos. “Como outros homens pobres, mestiços e brancos, brasileiros e estrangeiros, o negro não é cidadão [...]” (Fernandes, 2017, p. 39). Toda discriminação que construiu aquele presente no passado, manifesta-se no racismo estrutural (Almeida, 2021), que marca a cultura no Brasil, a distribuição desigual dos bens necessários à sobrevivência de brancos e negros.

Alguns dados veiculados pela imprensa revelam as contradições sociais que condicionam a sobrevivência da população brasileira, particularmente, os negros, marcados pela herança perversa da escravidão. A desigualdade social, expressa na distribuição extremamente desigual dos bens necessários à sobrevivência (saúde, educação, moradia, água e saneamento, trabalho etc.), atinge, toda a população, mas torna visíveis os mais atingidos.

Segundo dados da PNAD Contínua / IBGE, o número de pessoas que se declaram negras ou pardas chega a 56,1% da população, “mas a presença de negros na Câmara Federal não chega a 30%”.³ Pesquisa publicada em 2022

³ Disponível: PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) / IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível:

https://www.google.com/search?q=ibge+popula%C3%A7%C3%A3o+negra+no+brasil+em+2022&oeq=&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqCQgAEcMYJxjqAjlJCAAQIxnGOoCMgkIARAJGCcY6glyCQgCECM
Acesso em 04-11-2023.

(relativa a levantamento da PNAD Contínua) informa que “20 milhões de brasileiros vivem só de bicos” e que 64% deles eram negros (Vieceli, 2022, p. A 23)⁴. E salta à vista a presença de jovens trabalhadores ambulantes, negros nos sinais de trânsito, guardadores de carros nas ruas, os “flanelinhas”, a exemplo da fotografia 1, nas avenidas das grandes capitais do país.

Fotografia 1: “Estacionando o carro no domingo em uma rua do Flamengo”



Fonte: “Estacionando o carro no domingo em uma rua do Flamengo”, Rio de Janeiro, 2023, fotografia de Maria Ciavatta, acervo Maria Ciavatta.

Um olhar ocasional pela janela trouxe-nos a imagem de uma atividade comum para pessoas brancas e negras que não encontraram ainda outra forma de subsistência, o guardador de carros... O jornalista Daniel Lisboa⁵ fala que um “Abismo social e limbo jurídico transformam guardadores de carros em párias nos grandes centros [...] a profissão de guardador de carros existe no Brasil ao menos desde a década de 1930”. Mas ainda há poucos trabalhos acadêmicos sobre a questão. Em um dos estudos citados, uma pesquisa antropológica com fotografias, realizada em Maringá, Paraná, Francielli Prado (2016, p. 54) diz que “mercado pela desinstitucionalização de sua atividade e por utilizar da rua como local de atuação”, o guardador é marcado pela estigmatização.

Recorremos a Erving Goffman (1975) que considera o estigma não um atributo do sujeito, mas uma atribuição dos que têm poder para distinguir os que eles consideram diferentes de si mesmos. Em uma sociedade como a brasileira, solidamente constituída em classes, este é um mecanismo arraigado no discurso, na prática e na convivência social. Sílvio Almeida (2021) analisa este e outros fenômenos sociais como produto do racismo que estrutura a sociedade brasileira.

⁴ O Censo Demográfico de 2022 mostrou uma população de 203.062.512 habitantes no país, número que analistas consideram subestimada pelas condições adversas em que se realizou o Censo, praticamente, ao final da pandemia e com corte de recursos para sua execução (Vieceli, 2022, p. A 23).

⁵ LISBOA, Daniel. “Posso olhar o carro?”. Colaboração para a UOL em São Paulo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/reportagens-especiais/olhar-o-carro-e-crime-como-flanelinhas-atuam-em-limbo-social-e-juridico/#page2> Acesso em 15-11-2023

Uma matéria recente sobre a saúde da população negra, com dados do IBGE (Oliveira, 2023, p. B4), informa que “todos os índices analisados de 2010 a 2020 são piores para o conjunto de pretos e pardos – 57% dos brasileiros”.⁶ Também a essa população empobrecida se referem os dados amplamente difundidos, sobre a insegurança alimentar no país. Pesquisa realizada em 2021/2022 mostrou que 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, mas que 6 a cada 20 brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar; apenas 41,3% da população “tem acesso estável em quantidade e qualidade adequados, índice que é superior entre brancos (53,2%) e inferior entre pretos e pardos (35%). Dos 65% em situação de insegurança alimentar (leve, média ou severa), 18,1% dos negros e pardos estão em situação severa” (*apud* MENA, 2023, p. B1.).

4 VESTÍGIOS VISUAIS DO PASSADO: A IMPOSIÇÃO DO TRABALHO E A NEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A questão da imposição do trabalho e a negação da educação são fatos que comportam várias vertentes de aproximação. Neste estudo, escolhemos a história, imagens e fotografias. A história da sociedade brasileira revela as contradições de sua formação escravista, do desrespeito à dignidade de todo ser humano. Muitas obras de arte, desenhos, pinturas e fotografias testemunham o passado no presente com suas consequências sociais.

As contradições que moldam a vida social no país são visíveis pelas imagens. Escritas ou iconográficas, as imagens contribuem para uma nova dimensão à compreensão dos acontecimentos.

Do transbordamento da imagem para a vida, até à substituição de vida nos processos de intensa imersão nas formas virtuais, de abundância de formas e temas, da premência do tempo acelerado em que somos impelidos a nos mover, surge uma pluralidade de usos e abordagens, de apreensão ou de pretensa suspensão de valores, de uma entrega impensada aos significados que as imagens evocam (Ciavatta; Alves, 2007, p. 10).

O historiador Peter Burke (2004), em seu livro sobre as imagens como evidência histórica, destaca o avanço na ciência da história ao se liberar dos limites das fontes tradicionais, os documentos oficiais (administrativos, de legislação, decisões governamentais *etc.*) incorporando as fontes imagéticas (pinturas, desenhos, fotografias *etc.*). Significa superar o uso das imagens como ilustrações, como encartes nos livros, que são interessantes, mas desprovidos de articulação como os textos escritos ou orais, sem a crítica documental que os torne fontes históricas.

⁶ “Isso inclui maiores taxas de mortalidade materna e infantil, prevalência de doenças crônicas e piores índices de violência, de acesso a atendimentos de saúde e de alimentação. Desde 2009, o país tem a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que tem o racismo institucional como determinante para a saúde” (Oliveira, 2023, p. B4).

Burke (2004, p. 99) destaca a importância “do uso de imagens no processo de reconstrução da cultura material do passado, tanto em museus quanto em livros de história”. Considera-as valiosas na reprodução dos hábitos e costumes do cotidiano, formas de habitação, vestuários *etc.* No caso da escravidão no Brasil, os artistas que aqui chegaram com missões científicas, como Jean Baptiste Debret com a Missão Francesa em 1816; Thomas Ender que veio com a Missão Austríaca em 1817; Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que veio em 1822, com a expedição científica do Barão Georg Heinrich von Langsdorff, iniciada em 1824 que visava fazer uma descrição completa da flora, fauna e populações nativas brasileiras. Esses artistas deixaram gravuras e pinturas de grande valor iconográfico. Além das imagens sobre as paisagens da época, são documentos que impressionam pelas imagens cruéis sobre as relações entre as classes sociais, a escravização para o trabalho, a servidão e tortura que podiam ser perpetradas livremente pelos donos de escravos.

Neste trabalho, nos limitamos às imagens pintadas por Thomas Ender. Além da contundência dos conteúdos sobre os escravos, seus feitores e senhores, causa estranheza a naturalização da relação escravista que não é mencionada em nenhuma das apresentações do livro de Ender (Ferrez, s. d.; Freiberg, s. d.). Consoante o pensamento da época, a admirável arte de Thomas Ender é tratada como um universo acima das relações sociais, sem nenhuma menção à questão ética e política da escravização dos seres humanos no Brasil.

Mas os textos com relatos de historiadores completam-se com as imagens de Ender.⁷ Gomes (2022) conclui sua trilogia sobre a escravidão em termos muito duros. Tratando do regime escravocrata, depois da data da (In)dependência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, afirma “Comprar e vender gente era o maior negócio do novo país independente”⁸, como vemos reproduzido no desenho da Figura n. 1. Estima-se que de uma população de 4,7 milhões de pessoas mais de um terço dos habitantes eram homens e mulheres escravizados. “Outro terço era composto por negros forros e mestiços de origem africana – uma população pobre, analfabeta e carente de tudo, dominada pela minoria branca”.

⁷ A coleção de imagens de Ender é apresentada por Ferrez (s.d., p. 12); [estimamos sua publicação cerca da metade do século XX]. Levada para a Áustria quando Ender deixou o Brasil em 1818, eram “mais de 600 desenhos e esboços aquarelados”, fruto do trabalho do artista em dez meses de permanência no Brasil: “são paisagens, panoramas, ruas, prédios, conjuntos arquitetônicos, igrejas, chafarizes, tipos humanos brancos, mulatos, pretos, chineses, paulistas, mineiros, ricos, pobres, militares, escravos, presos, indumentária, transporte, utensílios domésticos, interiores de palacetes, casas e ranchos, flora [...], que ficaram guardados não se sabe bem onde e, depois esquecidos durante mais de um século [...] em Viena”. Mais detalhes sobre esse precioso acervo encontram-se na Introdução de Siegfried Freiberg, da Academia de Belas Artes de Viena (*apud* Ferrez, s. d., p. 23-31)

⁸ Gomes (2022, última capa; parêntese nossos em (In)dependência do Brasil).

Figura 1: “Uma negrinha sendo vendida

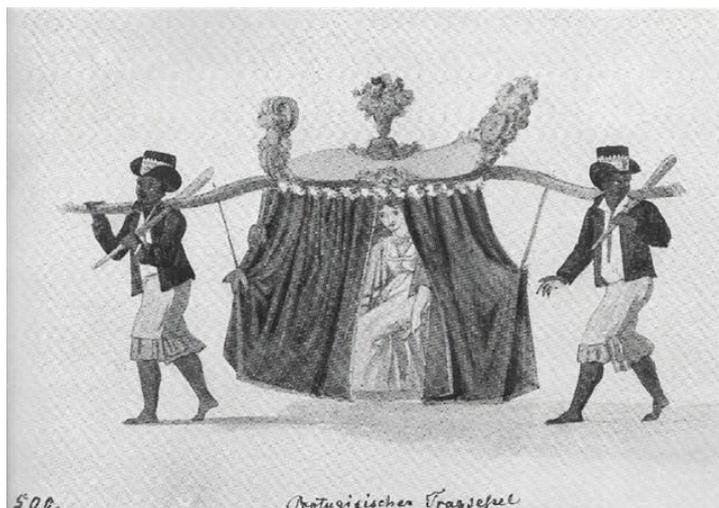


Fonte: “Uma negrinha sendo vendida”, Rio de Janeiro, [século XIX], fotografia de desenho de Thomas Ender, copiado por J. C. Guillobel. (*apud* Ferrez, s.d., p. 169.

A compra de escravos era feita por fazendeiros, cafeicultores, comissários, banqueiros que também compravam os títulos de nobreza em uma risível imitação dos nobres europeus. Tinham escravos para suprir a todas as necessidades e não trabalhavam jamais. Mesmo o deslocamento pelas ruas era feito por escravos, em cadeiras portáteis como Thomas Ender pintou na aquarela da Figura n. 2. Diz um historiador norte-americano que passou por aqui:

Aos nobres esperava-se que vivessem sem ter que recorrer nunca ao trabalho manual. Nobres viviam de herança, aluguel, investimento financeiro, emprego no Estado, que lhes sustentassem um estilo de vida aristocrático, com família extensa, muitos servos e dependentes. Agricultores, comerciantes, trabalhadores manuais eram gente inferior. Nobre que fosse nobre, nunca trabalhava. No Brasil, o fenômeno era agravado pela escravidão. Branco não trabalhava. Só o negro (Schwartz, 1986, p. 247, *apud* GOMES, 2022, vol. III, p. 155).

Figura 2: “Cadeira portátil portuguesa – É uma serpentina de grande luxo”



Fonte: “Cadeira portátil portuguesa – É uma serpentina de grande luxo”, Rio de Janeiro, [século XIX], fotografia da aquarela “copiada de J. C. Guillobel”, sobre imagem de Thomas Ender (*apud* Ferrez, s. d., p. 157).

Assim, os brancos ricos se deslocavam pelas ruas do Rio de Janeiro. Com as raízes dessa cultura implantada por séculos, não admira que o racismo tenha raízes profundas e que, até hoje, os trabalhos manuais e as atividades profissionais sejam secundarizados, as remunerações sejam inferiores e o reconhecimento social é próprio do trabalho intelectual.

Figura 3: “Escravos acorrentados com feitor. Aspecto da vida carioca também registrado por outros pintores”



Fonte: “Escravos acorrentados com feitor. Aspecto da vida carioca também registrado por outros pintores”, Rio de Janeiro, [século XIX], fotografia de desenho de Thomas Ender (*apud* Ferrez, s. d., p. 55).

O tratamento dado ao trabalho manual, como inferior, discriminou, ao longo dos séculos, a massa trabalhadora, separando-a em duas orientações principais da educação, a acadêmico-humanista, científica e a profissional manual, técnica ou

instrumental. O trabalho pioneiro de Celso Suckow da Fonseca (1986) expõe as políticas em curso da Colônia à metade do século XX, políticas ainda reiteradas no ensino secundário, médio e superior para os filhos das elites e a educação profissional para os filhos dos trabalhadores. É a separação para o acesso ao prosseguimento de estudos até o Ensino Superior, definido pelas Leis Orgânicas do Ensino Secundário e do Ensino Profissional Industrial, Comercial e Agrícola pela Reforma Capanema, e o SENAI nos anos 1940.

No século XXI, pelo golpe político, jurídico e midiático do governo Temer, aprovou-se a Lei n. 13.415/ 2017. Estabeleceram-se quatro itinerários formativos para as disciplinas gerais que propiciam os conhecimentos para o acesso ao ensino superior, e um itinerário de Educação Profissional para preparar aqueles que não têm recursos para prosseguir na escola, precisam trabalhar.

São traços visíveis dessa estrutura de origem de uma sociedade que sempre pretendeu preparar as classes⁹ populares para o trabalho, separando os futuros dirigentes dos produtores, os que estavam destinados às atividades de mando, de conhecimento da ciência das técnicas e da produção, daqueles a quem eram entregues as tarefas de execução do trabalho na terra, na indústria, no comércio. Às mulheres, destinou-se, até décadas passadas do século XX, o trabalho doméstico, o cuidado da casa e dos filhos. Tardamente, lhes foi permitida a educação, a cidadania e o voto, a participação na vida social e no trabalho.

A herança do preconceito contra o trabalho manual se reflete na demanda pela educação profissional aquém das necessidades de setores produtivos que se transformam com o acelerado desenvolvimento científico-tecnológico. O Presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) cita dados expressivos sobre a questão da formação profissional, técnica e tecnológica marcada pelo preconceito e por menores índices salariais e menor prestígio social. Com dados da OCDE, Robson Braga de Andrade (Andrade, 2023, p. A3) observa que: “No Brasil, apenas 9% dos alunos do ensino médio fazem um curso técnico ou de qualificação [...] enquanto na União Europeia esse valor é de 43%, no Chile de 29%, na Colômbia de 24%”.¹⁰

Este não é um fenômeno isolado. Ele é parte da totalidade social da economia e da cultura política no Brasil que nega a educação de qualidade para toda a população que busca as escolas públicas. Salvo os colégios universitários, o Colégio Pedro II e os Institutos Federais e exceções entre os colégios estaduais, que dispõem de boas instalações, laboratórios *etc.* e corpo docente qualificado estável, apenas os grandes colégios privados oferecem educação de qualidade para prosseguimento de estudos e para a educação profissional e tecnológica.

Os “males de origem” de que fala Manoel Bomfim (1993)¹¹, carências de recursos, preconceitos e senso prático, estão presentes até hoje nas famílias e nas redes de escolas públicas de estados e municípios. Dados do Censo Escolar do Ministério da Educação, de 2022 “mostram como a falta de estrutura física adequada, de materiais e de profissionais é mais um desafio enfrentado pelos professores das redes municipais e estaduais para dar aula” (Palhares, 2023, p. B3).

⁹ Sobre o conceito de classes e sua realidade na produção capitalista, ver, entre outros, Hobsbawn (1987); Thompson (1998); Antunes (2018); Mattos (2010).

¹⁰ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

¹¹ Manoel Bomfim (1868-1932), médico, psicólogo, historiador de pensamento original em seu tempo.

Outros dados informam que “Censo Escolar: mais de 1,2 milhão de alunos não têm água potável” (Alfano, 2024, p. 7).

Algumas matérias focalizam o analfabetismo de crianças em idade escolar. Uma avaliação internacional de alfabetização, PIRLS, realizada pelo IEA, mostrou que (Saldanha, 2023, p. B2) “Quase 4 em cada 10 estudantes não dominavam as habilidades básicas de leitura – não sabiam, por exemplo, recuperar e produzir uma informação explicitamente declarada no texto”. A prova foi feita no Brasil, com estudantes de 4º ano do ensino fundamental. Mesmo ressaltando-se que o período da avaliação foi após a pandemia, o Brasil ficou na média dos últimos colocados. Os resultados são consequentes com o descaso com as necessidades básicas da população, os percalços da remuneração do trabalho e a negação de um projeto efetivo de educação para todos.

5 RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DA NEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Os historiadores registram os mecanismos de resistência à opressão que se revelam nos amotinamentos, nas revoltas e revoluções que marcaram os 350 anos de escravidão no Brasil, mas cujo conhecimento tem sido restringido na educação dos jovens. A negação à educação de escravizados, de brancos pobres e de negros libertos são recuperados na legislação do Império por historiadores da educação (Silva; Araújo, 2005, p. 68; Sucupira, 1996, p. 58, *apud* Teixeira, 2017, p. 169-170): a Constituição Imperial outorgada em 1824 estabelecia a educação gratuita e obrigatória para todos os cidadãos, mas, no seu art. 6º. “proibia a matrícula da população escrava negra”; durante a Regência, o Ato Adicional de 1834 se eximia de repassar verbas às províncias para a obrigatoriedade da educação; a reforma Couto Ferraz, de 1854, institui a obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para maiores de 7 anos nas escolas da Corte, o acesso para negros libertos, “desde que fossem provenientes de famílias com algum recurso”.

Não temos dados sobre a proporção de alunos brancos e pardos ou negros nas Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo Presidente Nilo Peçanha, uma em cada estado, em 1909. Mas a destinação a “pobres e desvalidos” na Lei n. 7.566/1909 permite supor que eram crianças remanescentes da discriminação exercida pela sociedade do tempo do Império. Discriminação que se repete na Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/ 1942), que se destina à educação dos “desfavorecidos da fortuna”.

Se buscamos compreender o presente pelas experiências do passado, é no movimento da história que reconhecemos os germes do devir para a construção do futuro. A memória dos acontecimentos permite a projeção do futuro que se abre em possibilidades de transformação. Ao lado das imagens da opressão, convivemos hoje, mais de um século depois, com vigorosos movimentos de resistência em busca da superação da pobreza, da discriminação de classes, do racismo, da homofobia e suas consequências sociais, coletivas e individuais.

O art. 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789¹², prevê o direito à resistência à opressão, além do direito à liberdade, à propriedade e à segurança, chamados direitos naturais e imprescritíveis do ser humano. São princípios que surgem com o Estado de Direito, como consequência das revoluções burguesas, particularmente, a Revolução Francesa e o fim do absolutismo e da monarquia na França.

Não cabe na dimensão deste texto o tratamento extenso do conceito de resistência que tem como teóricos, entre outros, Norberto Bobbio e Hannah Arendt. Valemo-nos de algumas reflexões básicas sobre o direito à resistência. Segundo Remédio e Hees (2019, p. 174), no decorrer dos séculos, “os registros históricos demonstram a utilização do direito de resistência e da desobediência civil desde os primórdios da formação da sociedade, ainda que a realidade jurídica em que tais institutos fosse bastante diferente da realidade atual”.

São ações de vontade dos indivíduos ou dos coletivos, como “uma forma de defesa contra a imposição indevida da autoridade ou da ordem injusta. Agir ilegitimamente ou abusar do poder justifica a resistência, que corresponde à insurgência não contra a lei ou a autoridade, mas contra a própria injustiça, para fazer valer o que é direito” (Buzanello, 2002, p. 19, *apud* Remédio; Hees, 2019, p. 177).

As imagens já apresentadas (Figuras n. 1, 2 e 3) refletem os diversos momentos da história de nosso país sobre o tema que aqui nos ocupa, condições de vida e trabalho da população negra escravizada por quatro séculos no Brasil. O recurso à resistência ocorreu pelas fugas, pelos subterfúgios, pela linguagem, pelas práticas culturais e religiosas, pela formação dos quilombos, pela atuação de intelectuais negros e de forças sociais e políticas progressistas. A identificação, o espaço-tempo das imagens, seus autores e sua reprodução em livro (Ferrez, s.d.) e as fotografias atuais completam o empenho do reconhecimento do tempo lento ou rápido da história e de sua inevitabilidade na transformação do mundo.

No período pós-abolição deslocou-se para o Rio de Janeiro um contingente populacional em ocupações mal remuneradas, sem amparo do Estado para a inserção em uma cidade que se queria “civilizada” (Ciavatta, 2002; Dantas; Rossato; Barbosa, 2007, p. 21). A figura do liberto provocava um certo temor na sociedade brasileira, vistos como indivíduos mal preparados para a vida social (Chaloub, 1986).

O Centro de Memória da FAETEC¹³ do Rio de Janeiro publicou uma coletânea de estudos (História, 2017) sobre os mais antigos colégios estaduais, iniciados nos séculos XIX e XX¹⁴, como “escolas do trabalho” (Ciavatta, 1993), para a formação para o trabalho e as primeiras letras, de crianças pobres brancas, pardas e negras, com a perspectiva de mostrar também os avanços na educação de alunos negros. Os textos inserem-se no contexto de discussão da Lei n. 10.639/2003 que

¹² DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão, de 1789. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024,

¹³ FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), foi criada pela Lei nº 1176/1987 de 21 de julho de 1987, pelo então governador Wellington Moreira Franco.

¹⁴ Os atuais Colégio Estadual João Alfredo, criado pelo Imperador, em 1875; o Colégio Estadual Ferreira Viana criado em 1888; o Colégio Estadual da República, criado como Escola Quinze de Novembro em 1889 Colégio Técnico Estadual Visconde de Mauá no bairro Proletário de Marechal Hermes em 1914; a Escola Técnica Estadual Henrique Lage, fundada em 1923.

alterou a LDB incluindo no currículo da rede pública de ensino a obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira e africana. Com as fotografias, revelam-se alguns caminhos da transformação das escolas no sentido da valorização do trabalho manual, técnico e tecnológico, do acesso de pessoas pretas a maiores níveis de escolaridade e de inserção social.

Reproduzimos fotos de um dos textos (Santos, 2017), que devem ser interpretadas na totalidade social dos fatos representados, da Escola Quinze de Novembro (1889), atual Colégio Estadual da República. Seus antecedentes estão no Código Criminal da República, de 1890, para conter a violência urbana; no Código de Menores, o Código Meira Mattos, que em 1927 fixou a menoridade em 18 anos, para manter a ordem social; no Decreto-Lei n. 3.799/1941, que criou o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), lugar de meninos “desvalidos e infratores” da lei.

A Escola Quinze aparecia frequentemente na imprensa do século XX (Müller, 2006) como uma escola correcional, em más condições assistenciais e educativas, onde os internos estavam sujeitos a maus tratos. Com a Ditadura empresarial-militar (1964-1985), o SAM foi substituído pela criação da FUNABEM, Lei n. 4.513/1964. Em 1988, foi aprovado a Lei n. 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente com ampla mobilização dos movimentos sociais; e é criada a FCBBIA (1990-1995)¹⁵.

As Fotografias n. 2, 3 e 4 são de fotógrafos não identificados e sem datas. No entanto, pelas características de fotos posadas e pela visita de um Grupo da Escola Superior de Guerra, noticiada pelo Correio da Manhã, em 1967, (Santos, 2017, p. 41) se levanta a possibilidade de serem fotos do período ditatorial, serem imagens que visam passar a ideia de uma democracia racial.

Fotografias 2, 3 e 4: “Feira de Ciências da Escola XV de Novembro”



Fonte: “Feira de Ciências da Escola XV de Novembro”, Rio de Janeiro, sem data, fotógrafo não identificado, Acervo CEMEF (*apud* Santos, 2017, p. 42).

¹⁵ FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor) de nível federal; FCBBIA (Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência).

Dois aspectos ficam evidentes nestas fotos: primeiro, uma Feira de Ciências indica o empenho educativo da instituição; segundo, a faixa acima “Semana da Prontidão para o Trabalho, faça sua opção” revela o objetivo principal que é preparar os alunos para o trabalho. Acrescente-se, para fins desta reflexão, que alguns artigos do livro (História, 2017) destacam a predominância de alunos negros.

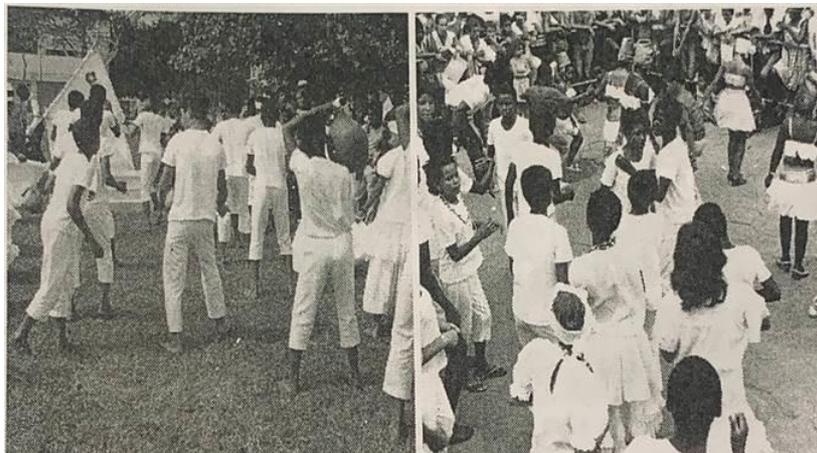
Fotografias 5, 6 e 7: “Desfile em ruas de Quintino e dentro da FUNABEM”



Fonte: “Desfile em ruas de Quintino e dentro da FUNABEM”, Rio de Janeiro, sem data, fotógrafo não identificado, Acervo CEMEF (*apud* Santos, 2017, p. 39).

Pelo cartaz FUNABEM, levado pelo aluno, infere-se que uma fotografia é do período 1964-1990, datas de criação e de extinção da FUNABEM. Mas não se pode afirmar que as demais sejam do mesmo período. No entanto, fica evidente a ideologia nacionalista nos desfiles desde o Governo Vargas (1930-1945) que podemos observar também em outras pesquisas (Ciavatta Franco, 1993). Consoante Santos (2017, p. 40), as Fotografias n. 5, 6 e 7 revelam a pedagogia do “desfile”: “por um lado, evidenciando o valor pelo comportamento disciplinado dos estudantes, como se fossem `soldados da nação`. Por outro, são imagens que informam sobre o projeto de cidadão que se queria formar”. Identificamos o projeto de disciplinar para o trabalho e para a nação, em estudos feitos sobre o período Vargas, onde ficam claros “educação e trabalho, dois temas de salvação nacional” (Ciavatta Franco; Simon, 1987).

Fotografias 8 e 9: “Atividades da cultura afro-brasileira da FUNABEM em Quintino”



Fonte: “Atividades da cultura afro-brasileira da FUNABEM em Quintino”, Rio de Janeiro, sem data, fotógrafo não identificado, Acervo CEMEF (*apud* Santos, 2017, p. 40).

Como a história se move através das contradições, está presente no livro (História, 2017, p. 41) que procura destacar não apenas os aspectos punitivos de origem da instituição, mas também as atividades educativas, de resgate da identidade afro-brasileira dos alunos como mostram as Fotografias n. 8 e 9, uma escola

com grande presença de estudantes negros, como no caso da FUNABEM de Quintino. Considerando o candomblé, a capoeira, o jongo ou maculelê, é bem provável que muitos dos estudantes em questão já trouxessem de “berço” algum conhecimento sobre tais manifestações culturais.

A Fotografia n. 10, de Lorraine, faz parte de um contingente de jovens brancos e negros que buscam transpor as barreiras cristalizadas em classes sociais ricas e dirigentes e classe trabalhadora pobre e subalterna. O texto que acompanha a foto (Alfano, 2023, p. 13) registra que, em 2023, houve 3,9 milhões de inscritos no Enem, sendo 453 mil a mais de gratuidades, alunos que cursaram escolas públicas, comparando-se 2022 e 2023. Depois da pandemia, o aquecimento da economia e a política de gratuidades na inscrição parecem ter sido estímulos para que mais jovens se apresentassem com a expectativa de um curso superior, em uma universidade pública ou com bolsa nas instituições privadas.

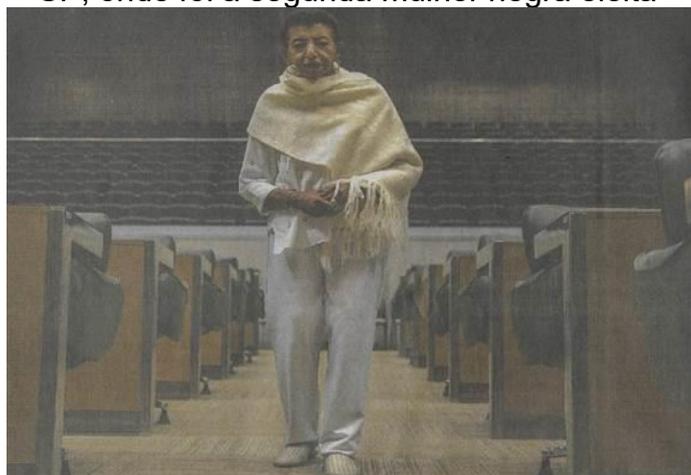
Fotografia 10: “Desistir jamais. Após tentativas frustradas e desemprego, a estudante Lorraine Taurino, 24 anos, tenta o Enem de novo, em busca de uma vaga na universidade”



Fonte: “Desistir jamais. Após tentativas frustradas e desemprego, a estudante Lorraine Taurino, 24 anos, tenta o Enem de novo, em busca de uma vaga na universidade”, Rio de Janeiro, 2023, fotógrafo Leo Martins (*apud* Alfano, 2023, p. 13).

Nas fotografias, trazemos a memória cristalizada nos segundos do tempo do *click* fotográfico, do significado dos sentimentos, das relações, das condições de vida das pessoas fotografadas, das particularidades históricas dos objetos (Ciavatta, 2023, p. 16). Leci Brandão, na Fotografia n.11, avança no plenário da Assembleia Estadual de São Paulo com a simplicidade e a força de suas canções. A postura singela, o olhar de frente e o plenário vazio destacam a figura icônica da mulher negra que venceu os obstáculos e preconceitos de nossa herança escravista.

Fotografia 11: “A deputada Leci Brandão (PC do B) no plenário da Assembleia de SP, onde foi a segunda mulher negra eleita”



Fonte: “A deputada Leci Brandão (PC do B) no plenário da Assembleia de SP, onde foi a segunda mulher negra eleita”, São Paulo, 2023, fotógrafa Marlene Bergamo, acervo Folha Press (*apud* TAVARES, 2023, p. A6).

A imagem reverte a memória de três séculos e meio de escravidão e 135 anos de abolição, não apenas nos termos da lei, mas no sentido da estrutura social do país, o que ainda é um processo em curso. “Única voz do PC do B na Casa, ela tem como bandeiras do mandato a igualdade racial, o respeito às tradições de matriz africana e a valorização da cultura popular (Tavares, 2023, p. A6).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história tem um coração antigo” escreveram os sindicalistas e historiadores italianos ao comemorarem os 100 anos da criação dos sindicatos na Região da Emilia Romagna, Itália (1893). Os textos escritos e as imagens permitem ver um pouco do “coração antigo” do Brasil. Este pensamento acompanhou nossa reflexão sobre o movimento da contradição de todo e qualquer fenômeno, objeto ou pessoa no mundo em que vivemos, expresso nos textos, e nas imagens e fotografias. Conceito básico do materialismo histórico, articulado com totalidade social, mediação, espaço-tempo, sujeito social ele nos conduziu para reconhecer alguns aspectos e visualizar imagens da história da imposição do trabalho e da negação da educação no Brasil dos séculos passados aos tempos de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFANO, Bruno. Aulas secas. Censo Escolar: mais de 1,2 milhão de alunos não têm acesso a água potável. **O Globo**, Brasil, segunda-feira, 26 fev. 2024.

ALFANO, Bruno. A força de vontade. O sonho de ir para a universidade. **O Globo**, Brasil, domingo, 5-11-2023, p. A-6.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Robson B. de. Educação profissional e o novo mundo do trabalho. **Folha de São Paulo**, Tendências e Debates, sexta-feira, 20 out. 2023, p. A3.

ANTUNES, Ricardo. Quem é a classe trabalhadora hoje? In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da escravidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 98-94.

BARATA-MOURA, José. **Totalidade e contradição**. Acerca da dialética. 2. ed. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2012.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**. Males de origem. Rio de Janeiro: Top Books, 1993.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

CHALHOUN, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio da Belle Époque. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

CIAVATTA, Maria *et al.* **Fotografia como fonte de pesquisa**. Da História da Educação à História de Trabalho-educação. Rio de Janeiro: Lamparina (impressa);

Uberlândia: Navegando (digital), 2023. Disponível em:
<https://www.editoranavegando.com/livro-fotografia>. Acesso em: 09 maio 2024.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de relação trabalho e educação**. Gênese da disputa na formação dos trabalhadores (1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina / CNPq / FAPERJ, 2009.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens – memória, história e fotografia. **RPOT**. Psicologia: Organizações & Trabalho, v. 12, n. 1 Especial. Conferências, p. 33-46, jan. abr. 2012.

CIAVATTA, Maria. **A historiografia em trabalho e educação**. Como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando, 2019.

CIAVATTA, Maria. **A Escola do Trabalho**. História e imagens. Rio de Janeiro, 1993. Tese (Professor Titular de Trabalho e Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

CIAVATTA FRANCO, Maria; SIMON, Maria Célia de Moraes Neiva. Trabalho e Educação: a reordenação necessária no contexto da revolução de 1930. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, INEP, Brasília, 68 (160): 560-583, set./dez. 1987.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

DANTAS, Cláudia C.; ROSSATO, Jupiracy A. R.; BARBOSA, Patrícia H. F. Complexo de Quintino e a atual Escola Técnica Estadual República – ETER: mais de cem anos de ensino. *In*: **HISTÓRIA e memória da Educação Profissional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017, p. 17-34.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERREZ, Gilberto (org.). **O velho Rio de Janeiro**. Através das gravuras de Thomas Ender. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. 5 Vol. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1986

FONTES, Virgínia. História e verdade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 91-106.

FREIBERG, Siegfried. Introdução. *In*: FERREZ, Gilberto (org.). **O velho Rio de Janeiro**. Através das gravuras de Thomas Ender. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 23-31.

HISTÓRIA e memória da Educação Profissional no Rio de Janeiro. Coletânea de artigos de autores da rede FAETEC/ Centro de Memória da FAETEC. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**. Da Independência do Brasil à Lei Áurea. Vol. III. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOBSBAWN, Eric John Ernes. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 79-98 e 3391-408.

IANNI, Octavio. **Classe e nação**. Petrópolis; Vozes, 1986.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. O efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LISBOA, Daniel. **“Posso olhar o carro?”**. Colaboração para o UOL São Paulo. Publicado em 12/03/2020. Disponível em: uol.com.br/carros/reportagens-especiais/olhar-o-carro-e-crime-como-flanelinhas-atuam-em-limbo-social-e-juridico/#cover. Acesso em: 24 fev. 2024.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, n. 4, 1978.

MAO Tsé-tung. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para o estudo da classe trabalhadora no Brasil. In GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (orgs.). **Faces do trabalho**: escravizados e livres. Niterói: Eduff, 2010, p. 11-25.

MENA, Fernanda. 33 milhões de pessoas passam fome, diz a pesquisa. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, quarta-feira, 8 de junho de 2022, p. B1.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 86.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa**: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM (1959-1961). Tese (Doutoramento em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Giovana. População negra tem piores índices de saúde no Brasil. **Folha de São Paulo**, Saúde, terça-feira, 21 de novembro de 2023, p. B4.

PALHARES, Isabela. Professores apontam falta de estrutura e de recursos em escolas. **Folha de São Paulo**, Séries Folha, sexta-feira, 22 de maio de 2023, p. B3.

REMÉDIO, José A.; HEES, Carlos A. Direito de resistência à opressão e desobediência civil: fundamentos, contornos e limites. **Cadernos de Pesquisa do PPG em Direito**, UFRS, Porto Alegre, vol. XVI, n. 2, p. 112-192, 2019.

SALDAÑA, Paulo. Brasil fica atrás de 59 países em prova de alfabetização. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, quarta-feira, 17 de maio de 2023, p. B2.

SANTOS, Aderaldo P. dos. Fotografia e memória da escolarização de estudantes negros na FUNABEM de Quintino. *In: HISTÓRIA e memória da Educação Profissional no Rio de Janeiro*. (...) Rio de Janeiro: Multifoco, 2017, p. 35-46.

TAVARES, Joelmir. “Leci Brandão encara política com voz firme e orgulho comunista”, **Folha de São Paulo**, Política, 5 de novembro de 2023. p. A6.

TEIXEIRA, Maria Cristina. A Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá e a trajetória de sucesso de um ex-aluno negro: Nei Lopes. *In: SANTOS, Aderaldo P. dos. Fotografia e memória da escolarização de estudantes negros na FUNABEM de Quintino. In: HISTÓRIA e memória da Educação Profissional no Rio de Janeiro*. (...) Rio de Janeiro: Multifoco, 2017, p. 167-190.

THOMPSON, Eduard Palmer. Patrícios e plebeus. *In: THOMPSON, Eduard Palmer. Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIECELI, Leonardo. 20 milhões de Brasileiros vivem só de bicos. **Folha de São Paulo**, Economia, quinta-feira, 23 de junho de 2022, p. A 23.

ZEMELMAN, Hugo. **Uso crítico de la teoría**. En torno a las funciones de la mediación. México, UNU/EI Colegio de México, 1987.